

BNY Mellon Serviços
Financeiros
Distribuidora de
Títulos e Valores
Mobiliários S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

Srs. acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas. e do público em geral, as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, adaptadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e Relatório do auditor independente.

Risco operacional (Resolução CMN 3.380/06)

A estrutura de gerenciamento de risco operacional foi implementada, em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.380/06 com o intuito de assegurar um sistema de gerenciamento de risco contínuo que prevê a execução de controles tais como políticas, procedimentos, ferramentas, treinamentos e comunicação com objetivo de identificar e acompanhar os riscos associados à Instituição e o monitoramento do nível destes riscos. O sistema abrange, entre outros, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional, acompanhamento de indicadores de risco chave, avaliação e aprovação de novos produtos e relatórios de gerenciamento do risco operacional. Por meio destes procedimentos os riscos e seus respectivos controles são continuamente identificados, avaliados, mensurados, monitorados e mitigados para um nível de risco residual aceitável à esta Instituição.

Gerenciamento de risco de mercado, liquidez e crédito

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado, liquidez e crédito é adequada a exposição da Instituição a tais riscos, considerando-se a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços do BNY Mellon no Brasil. A gestão é efetuada de forma centralizada, por área que mantém independência com relação à mesa de operações. São mantidas políticas e procedimentos internos relacionados ao gerenciamento de tais riscos, incluindo o monitoramento, processos de documentação e escalação que garantem que a administração esteja ciente dos riscos e possa determinar um plano de ação eficaz, caso a exposição alcance níveis superiores às metas de risco estabelecidas.

A BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“BNY DTVM”) atua em um mercado específico, pois tem por atividade principal a distribuição de fundos de investimento, os riscos de mercado são mantidos em níveis aceitáveis. Não se verificou, durante o segundo semestre e o exercício de 2016, nenhuma perda resultante de flutuação de valores de mercado de posições detidas pela instituição. Adicionalmente, a exposição ao risco de liquidez foi verificada diariamente, e a instituição possui baixa exposição ao risco de crédito, seja em suas atividades fim ou na administração de seu patrimônio/caixa.

Durante o exercício de 2016, a BNY DTVM manteve a diversificação de seus produtos e atividades desenhada inicialmente, e monitora as diversas tendências de mercado. Na ocorrência de alterações mercadológicas e decisões estratégicas que nos leve ao aumento de portfólio, a Instituição encontra-se então apta a atender as exigências referentes à estrutura de gerenciamento do risco de mercado, liquidez e crédito descritas nas Resoluções CMN 3.464/07, 4.090/12 e 3.721/09 respectivamente.

Gerenciamento de risco de capital (Resolução CMN 3.988/11)

Em cumprimento à Resolução CMN nº 3.988/11, aos conceitos do Comitê de Basileia e às Políticas Corporativas do BNY Mellon, a administração no Brasil definiu uma Estrutura de Gerenciamento de Capital compatível com a natureza das operações do BNY Mellon no Brasil e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

O gerenciamento de capital é realizado sob coordenação do Diretor Financeiro, responsável pelo gerenciamento de capital perante o Banco Central do Brasil, sendo membro do Comitê de Auditoria e Comitê de Risco e Compliance, bem como da Diretoria Estatutária do Grupo, estando apto a identificar fatores que possam impactar os níveis de capital, tomando as providências de escalação interna necessárias à manutenção dos níveis de capital requeridos à continuidade dos negócios do Grupo de acordo com os padrões internos e os padrões estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Fazem parte da estrutura de gerenciamento de capital, conjuntamente ao Diretor Financeiro, diversas áreas da Instituição, como Contabilidade, Risco Operacional e Controles Internos, Risco de Mercado, Crédito e de Liquidez e “Decision Support”, que de forma integrada são responsáveis pela elaboração do plano de capital, partindo-se das projeções de receitas e despesas baseadas em indicadores e metas de crescimento do negócio e manutenção de um sistema de gerenciamento e monitoramento de risco contínuo, sob a supervisão da Diretoria do Grupo. Esta, por sua vez, é responsável por analisar relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital, fazer constar no relatório público sobre a estrutura de gerenciamento de capital sua responsabilidade pelas informações divulgadas, revisar e aprovar, no mínimo anualmente, as políticas e as estratégias, bem como o plano de capital a fim de determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico da Instituição e com as condições de mercado, compreender de forma abrangente e integrada os riscos que podem impactar o capital, aprovar a indicação do diretor responsável, a definição da estrutura organizacional e da política institucional, dos processos, dos procedimentos e dos sistemas necessários à efetiva implementação do gerenciamento de capital.

As projeções de capital para o exercício de 2016 realizadas pela Administração, levam em consideração em sua base, as informações apresentadas no balanço patrimonial e demonstrações de resultado. As projeções de capital em relação ao ano de 2017 foram avaliadas pela Administração da BNY DTVM e tiveram como base estas mesmas premissas.

Por intermédio dessa estrutura, fica garantido o monitoramento e controle efetivo do capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita e as metas, considerando os objetivos estratégicos para o Brasil.

Os relatórios e políticas de gerenciamento de riscos estão disponibilizados, em sua íntegra, no site <https://www.bnymellon.com/br/pt/institutional-information/index.jsp>

Rio de Janeiro, 21 de Março de 2017

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À
Diretoria e aos acionistas da
BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido dos resultados abrangentes e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 21.b às demonstrações financeiras, que descreve que a Distribuidora possui demandas judiciais, incluindo uma causa passiva de montante superior ao seu patrimônio líquido. Em caso de desfecho desfavorável, a Distribuidora conta com carta fiança de sua controladora final. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Cláudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante		<u>38.784</u>	<u>22.600</u>	Circulante		<u>35.937</u>	<u>34.857</u>
Disponibilidades	4	<u>338</u>	<u>213</u>	Outras obrigações		<u>35.937</u>	<u>34.857</u>
Aplicação Interfinanceira de liquidez	4	<u>14.395</u>	<u>2.000</u>	Sociais e estatutárias	12	11.486	11.422
Títulos e valores mobiliários				Fiscais e previdenciárias	12	9.606	8.358
Carteira própria	5	<u>7.810</u>	<u>0</u>	Diversas	12	14.845	15.077
Outros créditos		<u>16.241</u>	<u>20.387</u>	Passivo não circulante		<u>15.255</u>	<u>13.963</u>
Rendas a receber	6	11.297	16.081	Sociais e estatutárias	12	2.877	2.215
Diversos	7	5.323	5.522	Diversas	12	12.378	11.748
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6	(379)	(1.216)	Resultado de exercícios futuros		<u>252</u>	<u>350</u>
Realizável a longo prazo		<u>5.496</u>	<u>76.023</u>	Patrimônio líquido		<u>20.486</u>	<u>79.425</u>
Títulos e valores mobiliários				Capital	14	<u>55.185</u>	<u>55.185</u>
Carteira própria	5	<u>1.469</u>	<u>56.496</u>	De domiciliados no país		55.185	55.185
Outros créditos				Reservas de capital		7.281	4.361
Diversos	7	<u>4.027</u>	<u>19.527</u>	Reservas de lucros	14	-	19.878
Permanente		<u>27.650</u>	<u>29.972</u>	Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	5	-	1
Investimentos		<u>11.951</u>	<u>13.180</u>	Ajuste de avaliação atuarial		(805)	-
Participações em controladas no país	8	10.193	11.702	Prejuízo Acumulado		(41.175)	-
Outros investimentos	9	1.908	1.628				
(-) Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	9	(150)	(150)				
Imobilizado	10	<u>11.733</u>	<u>13.243</u>				
Outras imobilizações de uso		45.143	34.017				
Depreciações acumuladas		(33.410)	(20.774)				
Diferido		<u>-</u>	<u>-</u>				
Gastos de organização e expansão		-	8.724				
Amortizações acumuladas diferido		-	(8.724)				
Intangível	11	<u>3.966</u>	<u>3.549</u>				
Ativos intangíveis		10.291	8.891				
Amortizações acumuladas - Intangível		(6.325)	(5.342)				
Total		<u><u>71.930</u></u>	<u><u>128.595</u></u>	Total		<u><u>71.930</u></u>	<u><u>128.595</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações de resultados

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

		Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	Nota	2º semestre de 2016	2016	2015
Receitas da intermediação financeira		<u>2.002</u>	<u>5.017</u>	<u>7.625</u>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	16	2.002	5.017	7.625
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>2.002</u>	<u>5.017</u>	<u>7.625</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(21.386)</u>	<u>(49.399)</u>	<u>(27.339)</u>
Receitas de prestação de serviços	17	63.343	122.298	141.340
Despesas de pessoal	18	(51.873)	(95.483)	(96.634)
Outras despesas administrativas	19	(27.196)	(56.080)	(58.799)
Despesas tributárias		(4.632)	(9.736)	(11.323)
Resultado de participação em controladas	8	285	(1.509)	874
Outras receitas / (despesas) operacionais	20	(1.313)	(8.889)	(2.797)
Resultado operacional		<u>(19.384)</u>	<u>(44.382)</u>	<u>(19.714)</u>
Resultado não operacional		<u>(144)</u>	<u>(466)</u>	<u>(5.537)</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		<u>(19.528)</u>	<u>(44.848)</u>	<u>(25.251)</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>-</u>	<u>(16.205)</u>	<u>4.768</u>
Provisão para imposto de renda	13	-	-	(34)
Provisão para contribuição social	13	-	-	-
Ativo fiscal diferido		-	(16.205)	4.802
Participações de administradores e empregados no lucro	23	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.773</u>
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre/exercícios		<u>(19.528)</u>	<u>(61.053)</u>	<u>(17.710)</u>
Quantidade de ações	14	<u>15.785.730</u>	<u>15.785.730</u>	<u>15.785.730</u>
Lucro/Prejuízo por ação		<u>(1,24)</u>	<u>(3,87)</u>	<u>(1,12)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

B BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	(61.053)	(17.710)
Resultados abrangentes		
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(1)	172
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	-	(69)
Variação - efeito de remensuração - Plano de benefício definido	(1.464)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	660	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	<u>(805)</u>	<u>103</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(61.858)</u></u>	<u><u>(17.607)</u></u>
Resultado abrangente atribuível aos:		
Acionistas da controladora	(61.858)	(17.607)
Acionistas não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Reserva de capital		Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital	Outras	Legal	Especial			
Saldos em 1º de Janeiro de 2015	55.185	1.905	3.975	33.613	(171)	-	94.507
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-
Transações de pagamento baseado em ações	-	2.456	-	-	172	-	172
Prejuízo líquido no exercício	-	-	-	-	-	(17.710)	(17.710)
Destinações do lucro:							
Reserva especial	-	-	-	(17.710)	-	17.710	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>55.185</u>	<u>4.361</u>	<u>3.975</u>	<u>15.903</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>79.425</u>
Mutações do exercício	<u>-</u>	<u>2.456</u>	<u>-</u>	<u>(17.710)</u>	<u>172</u>	<u>-</u>	<u>(15.082)</u>
Saldos em 1º de Janeiro de 2016	55.185	4.361	3.975	15.903	1	-	79.425
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	(805)	-	(805)
Transações de pagamento baseado em ações	-	2.920	-	-	-	-	2.920
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(61.053)	(61.053)
Destinações do lucro:							
Reserva legal	-	-	(3.975)	-	-	3.975	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-
Reserva especial	-	-	-	(15.903)	-	15.903	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>55.185</u>	<u>7.281</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(805)</u>	<u>(41.175)</u>	<u>20.486</u>
Mutações do exercício	<u>-</u>	<u>(2.920)</u>	<u>3.975</u>	<u>15.903</u>	<u>806</u>	<u>41.175</u>	<u>58.939</u>
Saldos em 1º de Julho de 2016	55.185	5.907	3.975	15.903	(52)	(41.525)	39.393
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	(753)	-	(753)
Transações de pagamento baseado em ações	-	1.374	-	-	-	-	1.374
Prejuízo líquido no exercício	-	-	-	-	-	(19.528)	(19.528)
Destinações do lucro:							
Reserva legal	-	-	(3.975)	-	-	3.975	-
Reserva especial	-	-	-	(15.903)	-	15.903	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>55.185</u>	<u>7.281</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(805)</u>	<u>(41.175)</u>	<u>20.486</u>
Mutações do semestre	<u>-</u>	<u>(1.374)</u>	<u>3.975</u>	<u>15.903</u>	<u>753</u>	<u>(350)</u>	<u>18.907</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	2º semestre de 2016	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
(Prejuízo) líquido do semestre/exercício antes do imposto de renda e contribuição social	(19.528)	(44.848)	(22.478)
Ajustes ao prejuízo/lucro líquido:	2.819	8.171	12.945
(Reversão)/ Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(474)	(837)	273
Depreciações e amortizações	2.959	5.430	5.461
Perdas em outros investimentos	-	-	5.485
Resultado de participação em controlada	(285)	1.509	(874)
Pagamento baseado em ações	1.374	2.920	2.456
Perda na alienação de ativo	(1)	(45)	(28)
Ajuste de avaliação atuarial	(753)	(805)	-
Ajuste a valor de mercado TVM	(1)	(1)	172
Prejuízo líquido ajustado:	(16.709)	(36.677)	(9.533)
Variação de ativos e passivos			
Redução em títulos e valores mobiliários	22.013	47.217	2.784
(Redução) em resultados de exercícios futuros	(324)	(98)	(444)
Redução em outros créditos - rendas a receber	1.366	4.784	118
(Aumento)/Redução em outros créditos - diversos	589	(116)	2.710
Aumento em outras obrigações	6.910	2.371	3.574
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(391)	(3.288)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	13.845	17.090	(4.079)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Dividendos recebidos da controlada	-	-	4.656
Aquisição de outros investimentos	-	(280)	(797)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.190)	(2.809)	(3.403)
Alienação de imobilizado de uso	68	147	156
Aumento de intangível	(882)	(1.628)	(1.717)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(2.004)	(4.570)	(1.105)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	-	-	-
Aumento/Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	11.841	12.520	(5.184)
Saldo no início do semestre/exercícios	2.892	2.213	7.397
Saldo no fim do semestre/exercícios	14.733	14.733	2.213
Aumento/Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	11.841	12.520	(5.184)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Distribuidora” ou “BNY Mellon DTVM”), subsidiária integral direta da BNY Mellon Participações Ltda., iniciou suas atividades em 1997, e assim como sua controlada BNY Mellon Administração de Ativos Ltda., presta serviços de administração e gestão de fundos e clubes de investimento, constituídos no Brasil e no exterior, fazendo jus a percentuais, definidos contratualmente, das taxas de administração e performance devidas pelos respectivos fundos e clubes de investimento. A BNY Mellon Participações Ltda. detém aproximadamente 100% das ações da Distribuidora, sendo que sua controladora final é o The Bank of New York Mellon Corporation (“BNY Mellon Corporation”), com sede em Nova Iorque.

A Distribuidora está localizada na Avenida Presidente Wilson, 231 - 11º andar, Rio de Janeiro, Brasil.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Distribuidora são de responsabilidade da sua Administração, e foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), e normas e instruções do BACEN, e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Distribuidora levou em consideração a aplicação das alterações na Legislação Societária e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.941/09, assim como as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que foram regulamentadas pelo BACEN até o momento.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela diretoria da Distribuidora em 21 de março de 2017.

3 Base de preparação e principais práticas contábeis

a. Apuração de resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. O Real é a moeda funcional da Distribuidora e sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A

liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Distribuidora revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente, na data da apresentação das demonstrações financeiras.

d. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Distribuidora pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras, na data de apresentação, são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável. Os rendimentos auferidos nesta operação estão reconhecidos e apresentados no resultado na rubrica “Receitas da Intermediação Financeira - Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” e “Despesas da Intermediação Financeira - Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, quando aplicável. Essas operações são consideradas equivalentes de caixa, cujos vencimentos considerando a data da efetiva aplicação são inferiores a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, sendo utilizados pela administração para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

f. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados, com base nos critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, na categoria de títulos disponíveis para venda, e ajustados pelo valor de mercado, sendo estes ajustes contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido denominada “Ajuste de avaliação patrimonial”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

g. Demais ativos circulantes

Os demais ativos circulantes são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia), deduzidos das correspondentes rendas de realização futura e/ou provisões para perdas, quando aplicável.

h. Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa vem sendo constituída por valor considerado suficiente pela Administração para fazer face e eventuais perdas, sobre os valores vencidos há mais de 180 dias, respeitando os percentuais de probabilidade de perda definidos pela política global do BNY Mellon Corporation para essa estimativa, que variam entre 20% (para valores vencidos entre 181 e 365 dias), 40% (para valores vencidos de 366 até 730 dias) e 100% (para valores vencidos há mais de 730 dias), podendo ser complementada se necessário.

i. Permanente

Investimentos

A participação em empresa controlada é representada, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, por aproximadamente 100% do capital da BNY Mellon Administração de Ativos Ltda., avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

Os outros investimentos, representados por participação na companhia Galgo Sistemas de Informações S.A., títulos patrimoniais do Gávea Golf and Country Club do Rio de Janeiro e cotas patrimoniais da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, estão avaliados ao custo, deduzidos da **provisão para** redução ao valor recuperável.

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens, e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. Atualmente, a taxa de depreciação aplicada para instalações, móveis e equipamentos de uso é de 10% ao ano e, para sistemas de comunicação, sistemas de processamento de dados e de transporte é de 20% ao ano.

Diferido

O diferido era composto por gastos com desenvolvimento de sistemas e por gastos com benfeitorias em imóveis alugados, registrados ao custo e amortizados no prazo de cinco anos, ou pelo prazo de vigência do contrato de locação, dos dois o menor.

De acordo com a Resolução do CMN 3.617/08, a conta do ativo diferido foi descontinuada, facultando a permanência dos saldos existentes em 30 de setembro de 2008 até a sua efetiva baixa.

Em 1º de dezembro de 2016, o Bacen divulgou a carta circular nº 3.791 que excluiu as contas do ativo diferido. Os saldos existentes nas contas de benfeitorias em imóveis de terceiros e gastos com aquisição de desenvolvimento de logiciais foram reclassificados para as contas de instalações e processamento de dados respectivamente, no grupo de imobilizado de uso.

Intangível

O intangível é composto por *softwares* adquiridos de terceiros e desenvolvidos internamente, sendo mensurado pelo custo de aquisição, deduzido de amortização acumulada e, **provisão para** redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

j. Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, aprovado pela Resolução CMN 3.566, de 29 de maio de 2008, se, com base na análise da Administração, o valor contábil dos ativos da Distribuidora e sua controlada exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por *impairment* no resultado.

k. Passivos circulantes

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores das obrigações conhecidas ou calculáveis na data do balanço, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

I. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou que a redução em futuros pagamentos esteja disponível, quando aplicável. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Distribuidora quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Distribuidora e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado pelo método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Distribuidora, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Distribuidora. Um benefício econômico está disponível à Distribuidora se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Distribuidora reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido no resultado, quando aplicável.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Distribuidora tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

m. Transações de pagamento baseado em ações

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 R1 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.989, de 30 de junho de 2012, o valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações é reconhecido na data de outorga, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que todas as condições requeridas no plano de remuneração dos diretores da Distribuidora serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e às condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais, quando aplicável.

n. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Distribuidora tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

o. Resultado de exercícios futuros

Refere-se às receitas recebidas antecipadamente de prestação de serviços de agente de cálculo, fiduciário, garantias, informação, pagamento e contas, registro e custódia dos clientes do “Corporate Trust”.

p. Capital social

O capital social da Distribuidora é composto por ações ordinárias, que são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios da Distribuidora, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo no final do exercício.

q. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e o imposto de renda diferido foram calculados à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A provisão para contribuição social e a contribuição social diferida foram calculadas à alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda até agosto de 2015, e à alíquota de 20% a partir da competência de setembro de 2015, conforme alterações trazidas pela Lei 13.169 de 06 de outubro de 2015.

r. Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas dos balanços.

s. Processo de convergências às normas internacionais

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, para fins de referência, algumas normas emitidas pelo CPC, e suas interpretações, aplicáveis as instituições financeiras, aprovadas pelo CMN, estão apresentadas a seguir:

CPC	Assunto	Resolução CMN
01	Redução ao valor recuperável de Ativos	3.566/08
03	Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/08
05	Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/09
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
24	Eventos Subsequentes	3.973/11
10	Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
00 - R1	Pronunciamento Conceitual Básico	4.144/12
33 - R1	Benefícios a Empregados	4.424/15
02 - R2	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras	4.524/16
04 - R1	Ativo Intangível	4.534/16
27	Ativo Imobilizado	4.535/16

Não obstante a adoção do processo de convergência, uma série de novas normas ou alterações nas normas internacionais e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2017. A Distribuidora não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Abaixo apresentamos um breve resumo das principais normas internacionais:

IFRS 9 - instrumentos financeiros

A IFRS 9 substitui as orientações existentes no CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações contábeis da Distribuidora em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Distribuidora detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que fará no futuro. A nova norma exigirá que a revisão de seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

IFRS 15 - receita de contratos com clientes

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessas alterações, estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor da norma.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a composição de caixa e equivalentes de caixa estão assim classificadas:

	2016	2015
No início do período	2.213	7.397
Disponibilidades	213	395
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	2.000	7.002
No final do período	14.733	2.213
Disponibilidades	338	213
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	14.395	2.000

(*) Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de caixa e equivalente de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas - posição bancada - Letras do Tesouro Nacional que caracterizam ativos de alta liquidez e risco insignificante de mudanças de valor justo, com prazo de vencimento em até 90 dias.

5 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os títulos e valores mobiliários, registrados na categoria de “Disponíveis para venda” e suas respectivas faixas de vencimentos, estão assim classificados:

		2016			2015		
Títulos disponíveis para venda	Vencimento	Valor de mercado	Custo corrigido	Ganhos não realizados	Valor de mercado	Custo corrigido	Perdas não realizadas
Títulos de Renda Fixa							
Letras Financeiras do Tesouro							
(a)	Até 1 ano	7.810	7.810	-	-	-	-
	Após 1 ano	1.469	1.469	-	56.496	56.494	2
Total		9.279	9.279	-	56.496	56.494	2
Efeito tributário				-			(1)
Efeito líquido no patrimônio líquido				-			1

(a) Refere-se a títulos públicos federais emitidos pelo Tesouro Nacional, que possuem taxas de juros pós-fixadas indexadas pela SELIC.

6 Rendas a receber

	2016	2015
Taxa de administração - carteiras administradas / fundos de investimento	8.976	13.157
Taxa de administração - fundos offshore	1.991	2.921
Rendas a receber - Exportação de serviços (a)	238	-
Outras receitas de prestação de serviços	92	3

Total de Rendas a receber	<u>11.297</u>	<u>16.081</u>
---------------------------	---------------	---------------

(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (b)	(379)	(1.216)
---	-------	---------

- (a)** Rendas a receber do The Bank of New York Mellon, empresa do grupo no exterior, referente ao suporte operacional e gerencial de prestação de serviço de Administração de fundos de investimentos e custódia internacional de clientes da América Latina, conforme descrito na nota explicativa nº 24.
- (b)** A Distribuidora possui provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, que foi constituída sobre os valores vencidos há mais de 180 dias, respeitando os percentuais de probabilidade de perda definidos pela política contábil do BNY Mellon Corporation, conforme descrito na nota explicativa nº 3h.

7 Outros créditos - Diversos

	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social a compensar	482	935
Crédito tributário (Nota 13)	659	16.205
Adiantamentos a funcionários	425	427
Depósitos judiciais - COFINS exigibilidade suspensa (Nota 21.a)	2.141	2.141
Depósitos judiciais - Outros	1.227	1.181
Despesa antecipadas (a)	1.555	1.886
Valores a receber - empresas do grupo (b)	1.053	727
Devedores diversos - País (c)	1.745	1.505
Outros	<u>63</u>	<u>42</u>

Total	<u>9.350</u>	<u>25.049</u>
-------	--------------	---------------

Ativo circulante	5.323	5.522
Ativo realizável a longo prazo	4.027	19.527

- (a)** O saldo de 2016 refere-se, substancialmente, à serviço de garantia e suporte técnico de equipamentos cujo montante de despesa a apropriar é de R\$ 373, e contrato de fiança com montante de despesa a apropriar de R\$ 844.
- (b)** Valores a receber de Empresas do grupo BNY Mellon no Brasil e no exterior, referentes ao rateio de despesas do grupo, que são reconhecidas no resultado da Distribuidora e pagas mensalmente, conforme descrito na nota explicativa nº 24.
- (c)** Valores a receber de fundos administrados pela Distribuidora, referentes a despesas pagas por conta e ordem destes fundos, de auditoria externa, jurídico, CETIP, entre outras. A Distribuidora realiza certos pagamentos em nome dos fundos e conseqüentemente, reconhece um contas a receber para fins de ressarcimento dessas despesas.

8 Participação em controlada

	BNY Mellon Administração de Ativos Ltda.		
	2º semestre de 2016	Exercício findo em 31 de dezembro	
		2016	2015
Capital social	6.131	6.131	6.131
Quantidade de cotas	9.999	9.999	9.999
Percentual de participação	100%	100%	100%
Patrimônio líquido	10.193	10.193	11.703
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre/exercícios	285	(1.509)	874
Investimento - Participação na controlada	10.193	10.193	11.702
Resultado de equivalência patrimonial	(285)	(1.509)	874

A controlada BNY Mellon Administração de Ativos Ltda. fazia a gestão da carteira de alguns fundos de investimento administrados pela Distribuidora e recebia parte da taxa de administração e a taxa de performance desses fundos. Em maio de 2016, a controlada transferiu a gestão da carteira desses fundos para a Distribuidora e atualmente não possui nenhum fundo sob sua gestão.

9 Outros investimentos

A composição de outros investimentos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, está assim apresentada:

	2016	2015
Títulos Patrimoniais:		
Gávea Golf and Country Club	150	150
(-) Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(150)	(150)
Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima	6	6
Galgo Sistema de informações S.A. (a)	1.752	1.472
Total	1.758	1.478

- (a) O investimento no projeto Galgo correspondia a um condomínio, onde 14 instituições do mercado financeiro e de capitais participaram, com a finalidade de desenvolver um sistema que integre as instituições financeiras, padronizando e centralizando a transferência de informação entre as prestadoras de serviço de administração de recursos, controladoria, custódia, distribuição e negociação de ativos, de maneira ágil e confiável.

Em dezembro de 2015 foi deliberada a constituição de uma empresa, denominada Galgo S.A., para receber e operacionalizar tal sistema, sendo definido um valor de integralização das ações definido pelo laudo de avaliação do sistema Galgo.

Em Assembleia Geral de Constituição realizada em 1º de julho de 2016 foi deliberada a constituição da sociedade Galgo Sistemas de Informações S.A., e aprovada integralização e subscrição do capital social em moeda corrente nacional, no montante de R\$280 para cada condômino, o qual foi integralizado pela Distribuidora em 24 de junho de 2016.

Em ato contínuo foi realizada Assembleia Geral Extraordinária para aprovar o aumento de capital social da sociedade, o qual foi subscrito e integralizado na mesma data, pelo valor apurado no laudo de avaliação do sistema Galgo, no montante de R\$22.083, cuja participação da Distribuidora equivale a R\$1.752 (6,6667%).

10 Imobilizado de uso

A composição do imobilizado de uso, líquido das depreciações acumuladas e **provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*)** acumuladas, quando aplicável, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, está assim apresentada:

	Taxa anual	2016	2015
Instalações	10%	2.682	3.680
Móveis e equipamentos	10%	2.446	3.324
Sistema de comunicação	20%	977	456
Sistema de processamento de dados	20%	4.376	3.662
Veículos	20%	622	718
Imobilizações em curso	-	630	1.404
Total		<u>11.733</u>	<u>13.243</u>

Os valores contábeis dos ativos imobilizados da Distribuidora foram avaliados pela Administração, para fins de apresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e 2015, e não houve indicação de redução ao valor recuperável (*impairment*).

11 Ativo intangível

A composição do ativo intangível, líquido das amortizações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão assim apresentadas:

	2016	2015
<i>Software</i>	2.002	719
<i>Software em andamento</i>	<u>1.964</u>	<u>2.830</u>
Total	<u>3.966</u>	<u>3.549</u>

Os valores contábeis dos ativos intangíveis da Distribuidora foram avaliados pela Administração, para fins de apresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e 2015, e não houve indicação de redução ao valor recuperável (*impairment*).

12 Outras obrigações

O saldo de outras obrigações, apresentados no balanço em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é composto pelas seguintes rubricas de contas:

a. Sociais e estatutárias

	2016	2015
Provisão para participação nos lucros e gratificações a pagar	8.372	7.316
Gratificação diretoria	<u>5.991</u>	<u>6.321</u>
Total	<u>14.363</u>	<u>13.637</u>
Passivo circulante	11.486	11.422
Passivo não circulante	2.877	2.215

b. Fiscais e previdenciárias

	2016	2015
Imposto de renda retido na fonte - Funcionários	1.280	1.182
INSS e FGTS a recolher	6.328	6.103
Previdência privada - Passivo atuarial	1.104	-
ISS, PIS e COFINS a recolher	861	903
Outros impostos e contribuições a recolher	<u>33</u>	<u>170</u>
Total	<u>9.606</u>	<u>8.358</u>

c. Diversas

	2016	2015
Salários e encargos a pagar	7.268	6.417
Contas a pagar (c1)	2.428	3.616
Valores a pagar - empresas do Grupo BNY Mellon no exterior (c2)	218	335
Valores a pagar - empresas do Grupo BNY Mellon no país	8	2
Fundos encerrados e transferidos (c3)	2.035	2.029
Fundos ativos (c4)	422	1.220
Provisão para contingências (Nota 21)	12.378	11.748
Provisões Auditoria e Publicação	210	175
Provisão multa CVM (c5)	2.188	1.237
Credores diversos - Tesouraria (c6)	26	11
Outras obrigações	<u>42</u>	<u>35</u>
Total	<u>27.223</u>	<u>26.825</u>
Passivo circulante	14.845	15.077
Passivo não circulante	12.378	11.748

(c1) Referem-se às despesas operacionais da Distribuidora com diversos fornecedores de serviços.

(c2) Referem-se a valores a pagar para Empresas do grupo BNY Mellon referentes ao rateio de despesas do grupo que são reconhecidas no resultado da Distribuidora e pagas periodicamente. Para fins fiscais, são consideradas despesas indedutíveis.

- (c3) Referem-se a valores recebidos dos fundos encerrados e transferidos para que a Distribuidora possa realizar pagamentos remanescentes referentes a despesas dos fundos (auditoria externa, jurídico, CETIP, entre outras despesas).
- (c4) Referem-se a valores recebidos, de forma antecipada, dos fundos administrados pela Distribuidora, para liquidação futura de algumas despesas dos fundos, como auditoria externa, jurídico, cartório, entre outras despesas, cujas faturas ainda não foram emitidas pelos respectivos prestadores de serviço.
- (c5) Referem-se a valores provisionados para fazer face a despesas relacionadas ao atraso no envio de informações periódicas de fundos de investimentos administrados pela Distribuidora, a órgãos reguladores.
- (c6) Referem-se a valores devidos aos credores de um cliente de Corporate Trust que está em fase de recuperação judicial, para o qual a Distribuidora presta serviço de agente de garantias.

13 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre os valores apurados conforme alíquotas fiscais e os valores registrados no resultado do semestre e exercícios podem ser resumidos da seguinte forma:

	2º semestre de 2016		2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
(Prejuízo)/lucro antes da tributação sobre o lucro e participações	(19.528)	(19.528)	(44.848)	(44.848)	(25.251)	(25.251)
Participações de administradores e empregados no lucro	-	-	-	-	2.773	2.773
(Prejuízo)/lucro antes da tributação sobre o lucro	<u>(19.528)</u>	<u>(19.528)</u>	<u>(44.848)</u>	<u>(44.848)</u>	<u>(22.478)</u>	<u>(22.478)</u>
Ajuste do Regime Tributário de Transição - RTT - Amortização e Impairment do Diferido	-	-	-	-	-	-
Prejuízo Líquido após ajuste do RTT	<u>(19.528)</u>	<u>(19.528)</u>	<u>(44.848)</u>	<u>(44.848)</u>	<u>(22.478)</u>	<u>(22.478)</u>
Adições permanentes	6.014	3.659	18.615	12.704	17.759	8.345
Adições temporárias	2.984	2.984	5.183	5.183	5.634	5.634
(Exclusões)/adições permanentes - Equivalência Patrimonial	(285)	(285)	1.509	1.509	(874)	(874)
Adições/(exclusões) temporárias - Participações nos lucros e gratificações	5.905	8.211	1.184	854	6.550	7.577
Exclusões temporárias - outros	(2.497)	(2.497)	(4.946)	(4.946)	(12.601)	(12.601)
Exclusões permanentes	-	-	(3.075)	(132)	(5.499)	(42)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	(7.406)	(7.456)	(26.378)	(29.675)	(11.509)	(14.439)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do semestre/exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Deduções por incentivo fiscal	-	-	-	-	-	-
Ajuste do IRPJ e CSLL do exercício anterior	-	-	-	-	34	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do semestre/exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>34</u>	<u>-</u>

Em 30 de junho de 2016, a Distribuidora realizou a baixa total do crédito tributário no valor de R\$ 13.214 (treze milhões, duzentos e quatorze mil, cento e dezesseis reais e oitenta e oito centavos), sendo para imposto de renda o valor de R\$ 6.976 (seis milhões, novecentos e setenta

e cinco mil, novecentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) e para contribuição social R\$ 6.238 (seis milhões, duzentos e trinta e oito mil, cento e trinta e três reais e noventa e sete centavos), conforme estudo do crédito tributário aprovado em Reunião de Diretoria realizado em 05.07.16.

a. Créditos tributários

A movimentação dos créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, bem como da provisão para impostos diferidos sobre diferenças temporárias, pode ser assim demonstrada:

2016				
	Saldo em 31.12.2015	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2016
Prejuízos fiscais	1.477	-	(1.477)	-
base negativa da contribuição social	1.768	-	(1.768)	-
Diferenças temporárias	12.960	1.969	(14.929)	-
Total crédito tributário	<u>16.205</u>	<u>1.969</u>	<u>(18.174)</u>	<u>-</u>
provisão para impostos diferidos (a)	<u>1</u>	<u>659</u>	<u>(1)</u>	<u>659</u>
2015				
	Saldo em 31.12.2014	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2015
Prejuízos fiscais	-	1.477	-	1.477
base negativa da contribuição social	-	1.768	-	1.768
Diferenças temporárias	11.402	12.954	(11.396)	12.960
Total crédito tributário	<u>11.402</u>	<u>16.198</u>	<u>(11.396)</u>	<u>16.204</u>
provisão para impostos diferidos (a)	<u>114</u>	<u>1</u>	<u>(114)</u>	<u>1</u>

- (a) Refere-se à provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos não realizados em títulos e valores mobiliários.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 15.785.730 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a BNY Mellon Participações Ltda. detinha aproximadamente 100% das ações da Distribuidora.

b. Reserva de capital

A reserva de capital foi constituída com os valores referentes ao plano de pagamento baseado em ações, reconhecido a partir de dezembro de 2012 pela Distribuidora, que faz parte do programa de remuneração global de executivos e profissionais do BNY Mellon Corporation. Esta Empresa possui planos de incentivo de longo prazo que preveem a emissão de ações restritas, opções de ações e outras premiações com base em ações, que incluem executivos da Distribuidora no Brasil. Vide Nota Explicativa nº 15.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada balanço, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva de lucros

É constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as destinações estabelecidas, de acordo com o estatuto da Distribuidora.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajuste de avaliação patrimonial representa as variações líquidas acumuladas do valor justo de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda até que os investimentos sejam baixados ou sofram perda por redução no valor recuperável (*impairment*).

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício, quando da alienação dos ativos a que elas se referem.

f. Dividendos

De acordo com o estatuto social, os acionistas fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido do exercício, apurado nos termos da lei. As distribuições são aprovadas em reuniões dos acionistas, quando convocadas para este fim.

15 Transação de pagamento baseado em ações

Como parte do programa de remuneração global de executivos e profissionais, o BNY Mellon Corporation possui planos de incentivo de longo prazo que preveem a emissão de ações restritas, opção de ações e outras premiações com base em ações, que incluem executivos da Distribuidora no Brasil.

Conforme a Resolução nº 3.989/11 do BACEN, que determina que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, a Distribuidora reconheceu no exercício de 2016 o montante de R\$ 2.920 (R\$ 2.456 em 31 de dezembro de 2015) no grupo de “Despesas de pessoal”. Vide Nota Explicativa nº 18.

As ações restritas são emitidas a valor justo na data de atribuição a executivos da Distribuidora e, geralmente, são exercíveis entre três e cinco anos a partir da data de sua emissão. Para o cálculo do valor justo de mercado, foi utilizado o método binomial *lattice-based*. As ações não possuem direito a voto, e só podem ser vendidas por opção do empregado, à BNY Mellon Corporation a um preço baseado geralmente no valor justo no momento da recompra.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram concedidas 32.495 ações restritas do BNY Mellon Corporation ao preço unitário de exercício de US\$ 34,93. Em 31 de dezembro de 2016, o preço unitário de fechamento das ações do BNY Mellon Corporation na NYSE - New York Stock Exchange é de US\$ 47,38.

16 Receitas e despesas da intermediação financeira

Referem-se aos rendimentos auferidos, com base na taxa de remuneração, das aplicações em títulos e valores mobiliários e das operações compromissadas, reconhecidos no resultado na rubrica de “Receitas da Intermediação Financeira - Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”.

Os rendimentos auferidos nas aplicações em títulos e valores mobiliários no segundo semestre de 2016 montam a R\$ 2.002, e R\$ 5.017 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 7.625 em 31 de dezembro de 2015).

17 Receitas de prestação de serviços

A Distribuidora é administradora de fundos e carteiras de investimento cujos contratos de prestação de serviços foram firmados com os respectivos gestores. A Distribuidora também presta serviços de administração de carteiras de investimentos de companhias abertas, serviços de controladoria para fundos internacionais e outros. A receita auferida com a prestação desses serviços é calculada sobre percentual definido em contrato, da taxa de administração prevista em todo e qualquer regulamento de fundo de investimento, clube de investimento e/ou carteira de investimento.

O total de recursos administrados em 31 de dezembro de 2016 monta a R\$ 173.695.386 (R\$ 162.633.094 em 31 de dezembro de 2015).

Esse montante refere-se ao somatório dos patrimônios líquidos dos fundos e carteiras administrados, sem a eliminação dos seus investimentos em outros fundos ou carteiras administradas.

A composição das receitas com prestação de serviços do segundo semestre de 2016 e dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 pode ser resumida da seguinte forma:

		Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2º semestre de 2016	2016	2015
Taxa de administração de fundos de investimento	45.280	90.070	104.119
Controladoria de fundos internacionais	5.987	12.001	13.567
Receita de repasse a Distribuidores -Rebate	70	479	5.635
Taxa de administração de carteiras	2.999	4.796	4.969
Taxa de administração de companhias abertas	-	-	1.219
Agenciamento e intermediação de títulos e outras rendas - Corporate Trust	458	1.773	1.555
Serviços de representação legal	1.890	3.833	4.175
Agenciamento e intermediação de títulos	1.753	3.998	4.944
Receita de Exportação de Serviços (Nota 24)	2.636	2.636	-
Outros serviços	2.270	2.712	1.157
Total	<u>63.343</u>	<u>122.298</u>	<u>141.340</u>

18 Despesas de pessoal

	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	2º semestre de 2016	2016	2015
Proventos	(24.666)	(48.875)	(42.265)
Gratificação funcionários	(8.903)	(13.604)	(17.124)
Gratificação diretoria	(2.355)	(2.960)	(3.926)
Benefícios a empregados	(5.414)	(10.912)	(9.662)
Encargos sociais	(12.202)	(23.124)	(22.648)
Despesa relacionada a plano de contribuição definida (Nota 22)	(906)	(1.607)	(1.124)
Despesa relacionada a plano de benefício definido (Nota 22)	(68)	(138)	(360)
Transações de pagamento baseado em ações (Nota 15)	(1.374)	(2.921)	(2.456)
Outras despesas	(304)	(651)	(370)
Contrato de rateio de custos e despesas de pessoal (Nota 24)	4.319	9.308	3.301
	<u>(51.873)</u>	<u>(95.483)</u>	<u>(96.634)</u>
Total			

19 Outras despesas administrativas

	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
	2º semestre de 2016	2016	2015
Processamento de dados	(6.513)	(12.833)	(10.891)
Amortização e depreciação	(2.958)	(5.430)	(5.462)
Perda por redução ao valor recuperável (Nota 11)	-	-	-
Provisão para perda com Títulos Patrimoniais	-	-	-
Serviços de terceiros	(3.220)	(6.990)	(6.883)
Despesa de repasse a Distribuidores - Rebate	(123)	(520)	(5.158)
Aluguéis	(4.360)	(8.625)	(8.583)
Serviços técnicos especializados	(2.937)	(6.161)	(5.319)
Comunicações	(308)	(703)	(1.110)
Transporte	(427)	(867)	(815)
Propaganda e publicidade	(387)	(575)	(760)
Viagens no país/exterior	(382)	(1.314)	(1.440)
Manutenção e conservação de bens	(810)	(1.613)	(1.474)
Serviços financeiros	(1.575)	(2.894)	(2.826)
Provisão para contingências e ou processos	(1.201)	(4.227)	(3.231)
Provisão multa CVM	(1.026)	(1.226)	(589)
Água, energia e gás	(742)	(1.608)	(1.470)
Material	(102)	(213)	(236)
Contribuições filantrópicas	(30)	(56)	(222)
Promoções e relações públicas	(254)	(294)	(397)
Outras despesas	(984)	(2.201)	(2.771)
Contrato de Rateio de Custos e Despesas de Outras Despesas Administrativas (Nota 24)	1.143	2.270	838
	<u>(27.196)</u>	<u>(56.080)</u>	<u>(58.799)</u>
Total			

20 Outras receitas / (despesas) operacionais

	2º semestre de 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2016	2015
Despesas corporativas internacionais (a)	(936)	(3.445)	(3.466)
Despesas/receitas gerais com fundos (b)	(43)	(867)	(2.195)
Resultado líquido de variação cambial	38	(295)	912
Reversão / (Provisão) para outros créditos de liquidação	473	836	(273)
Reversão / (Provisão) de Contingências e Processos	-	-	2.592
Perda no recebimento de crédito (c)	(1.576)	(6.154)	(1.161)
Outras despesas operacionais	597	529	(499)
Outras receitas operacionais	134	507	1.293
Total	(1.313)	(8.889)	(2.797)

- (a) Referem-se a despesas a pagar para Empresas do Grupo BNY Mellon no exterior, referente ao rateio de despesas do grupo, que precisam ser reconhecidas no resultado da Distribuidora e pagas periodicamente. Para fins fiscais, são consideradas despesas indedutíveis.
- (b) Referem-se a custos gerados pelos fundos de investimentos administrados pela Distribuidora.
- (c) Referem-se a perda no recebimento de taxa de administração e despesas administrativas de Fundos, que na avaliação da Distribuidora existe baixa expectativa de realização em função da iliquidez dos ativos integrantes nas carteiras desses fundos.

21 Contingências

a. Contingências trabalhistas, fiscais e cíveis - Prováveis

Em conformidade com o CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela resolução do CMN nº 3.823/2009, a Distribuidora constitui provisão para contingências trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda provável.

***Movimentação das provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis,
classificadas como prováveis:***

	2º semestre de 2016	2016	2015
Demandas Trabalhistas			
Saldo Inicial	609	122	151
Constituição	400	927	122
Reversão da provisão	-	(40)	(56)
Atualização monetária	141	141	-
Baixa por pagamento	(817)	(817)	(95)
Saldo final (1)	333	333	122
Demandas Fiscais			
Saldo inicial	3.842	3.771	3.638
Constituição	-	-	-
Atualização	71	142	133
Saldo final	3.913	3.913	3.771
Demandas Cíveis			
Saldo Inicial	7.846	7.856	9.202
Constituição	494	844	1.164
Reversão da Provisão	-	-	(1.483)
Atualização monetária	5	45	126
Baixa por pagamento	(213)	(613)	(1.153)
Saldo final (2)	8.132	8.132	7.856
Total das demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	12.378	12.378	11.749

- (1) A Distribuidora vem discutindo judicialmente a inconstitucionalidade da COFINS, onde pleiteia calcular e recolher a COFINS sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta no artigo 2º da Lei Complementar nº 70/1991, afastando-se assim a ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/1998. Baseado na opinião dos assessores jurídicos, o valor está totalmente provisionado e em 31 de dezembro de 2016 monta a R\$ 2.104 (R\$ 2.104 em 31 de dezembro de 2015), registrado na conta de provisão para contingências. Por decisão judicial, a partir de janeiro de 2010, foram realizados depósitos judiciais correspondentes a esse processo e o saldo em 31 de dezembro de 2016 totaliza R\$ 2.141 (R\$ 2.141 em 31 de dezembro de 2015), conforme Nota Explicativa nº 7. Devido à mudança da base de cálculo trazida pela Lei nº 12.973, a partir do fato gerador de janeiro de 2015, a Distribuidora deixou de realizar o depósito judicial referente à ação judicial da COFINS, e com isso o recolhimento passou a ser feito por meio do DARF, correspondendo a 100% do valor apurado da COFINS.

Há dois processos administrativos instaurados pela Receita Federal em face da Distribuidora, por meio dos quais se exige o recolhimento de contribuição previdenciária (parcela patronal), SAT e contribuições destinadas a terceiros, que supostamente incidiriam sobre pagamentos efetuados aos empregados a título de participação nos lucros e resultados (PLR), referentes ao período-base de setembro e outubro de 2008 e janeiro, março, setembro e outubro de 2009 no montante total de R\$ 7.138 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 6.662 em 31 de dezembro de 2015), cuja expectativa de perda é considerada parte como possível e parte provável. Foi constituído, com base na opinião de seus consultores jurídicos, que consideram provável as chances de perda de parte do valor, provisão no montante de R\$ 1.810 (R\$ 1.667 em 31 de dezembro de 2015).

- (2) O saldo é composto em sua maioria por duas ações de reparação de danos em face da Distribuidora, na qual os autores pretendem indenização por supostas perdas sofridas em aplicações em fundos de investimentos. Foi proferida sentença em ambas as ações, a qual acolheu em parte os pedidos autorais para determinar a condenação solidária da gestora e da administradora (Distribuidora) ao pagamento da quantia de, aproximadamente, R\$ 6.638 e R\$ 233, respectivamente. Ambos os casos encontram-se atualmente em fase recursal.

b. Contingências trabalhistas, fiscais e cíveis - Possíveis

As contingências classificadas com risco possível são dispensadas de constituição de provisão com base no CPC 25- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

Os montantes relacionados no quadro abaixo representam a estimativa de valores classificados como chance de perda possível, pelos assessores jurídicos da Distribuidora.

Contingências passivas:	31/12/16	31/12/15
Trabalhista (1)	5.919	40
Fiscais (2)	11.909	9.296
Cíveis (3)	<u>397.393</u>	<u>427.641</u>
Total	<u><u>415.221</u></u>	<u><u>436.977</u></u>

- (1) Existem contingências passivas de natureza trabalhista classificadas como risco possível, cujos montantes de perda não puderam ser estimados com confiabilidade pela Administração, tendo em vista que os respectivos processos encontram-se em fase inicial.
- (2) Trata-se de autuação referente a contribuições previdenciárias, acrescidas de multa de ofício qualificada (150%) e juros de mora, em face de LPS Brasília - Consultoria de Imóveis S/A. A Distribuidora foi incluída no pólo passivo neste caso, por figurar como administradora do Opportunity Fundo de Investimento Imobiliário (“Fundo”), o qual contratou os serviços da LPS Brasília - Consultoria de Imóveis S/A para venda de empreendimento de sua propriedade. O período da autuação refere-se a 01/2010 a 12/2011, sendo certo que a Distribuidora somente assumiu a administração do referido Fundo a partir de 17/12/2012. O valor envolvido no processo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 4.322 (R\$ 3.945 em 31 de dezembro de 2015).
- (3) Em 8 de agosto de 2014, o Instituto de Seguridade dos Correios (o “Autor”) ajuizou ação ordinária contra a BNY Mellon DTVM e Fabrizio Dulcetti Neves (“Sr. Fabrizio”, em conjunto com a BNY Mellon DTVM denominados “Réus”), sócio controlador da Atlântica Administradora de Recursos Ltda. (“Atlântica”), pleiteando o pagamento de indenização por supostos prejuízos, lucros cessantes e/ou danos emergentes sofridos pelo Brasil Sovereign II Fundo de Investimento em Dívida Externa (“Brasil Sovereign II”). Na mesma data, o Autor solicitou liminarmente o bloqueio judicial e a transferência, para uma conta de depósito judicial, da importância de R\$ 197.859.

Em 21 de agosto de 2014, a Juíza de Direito da 29ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro deferiu o pedido do Autor e determinou o bloqueio dos saldos bancários disponíveis, no montante integral requerido. Posteriormente, e a pedido do BNY Mellon DTVM, o bloqueio foi substituído por Carta de Fiança bancária, contratada junto ao Banco Bradesco, e que por sua vez é garantida por sua controladora final, para a qual são pagos trimestralmente valores relativos à comissão de fiança, conforme nota explicativa nº 24. Há recurso, pendente de julgamento, em que se discute a necessidade da Carta de Fiança.

O valor envolvido no processo, segundo relatório enviado pelos assessores jurídicos externos, em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 249.855 (R\$ 249.815 em 31 de dezembro de 2015).

Adicionalmente, foram ajuizadas outras ações judiciais pelo Instituto de Seguridade dos Correios em face da Distribuidora, nas quais não é possível estimar os montantes de perda e os riscos associados, já que os pedidos mencionam a necessidade de liquidação de eventual condenação em momento processual distinto.

Além disso, há outras ações cíveis ajuizadas contra a Distribuidora, na condição de administradora de Fundos de Investimento, nas quais é pleiteado o pagamento de indenização a ser apurada em fase de liquidação de sentença. Na maioria dos casos, é requerida a condenação solidária da Distribuidora e dos gestores dos fundos de investimento envolvidos.

Finalmente, há inquéritos e processos administrativos em curso na CVM tratando de tais assuntos.

A DTVM é administradora do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Silverado Maximum (“Fundo”), o qual, por sua vez, investe em recebíveis. Em 02.06.2016, o Fundo ajuizou uma ação contra a DTVM, enquanto administradora, contra o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, enquanto custodiante, e contra a Silverado

Gestão e Investimentos Ltda., na condição de gestora. O Fundo alega que os Réus teriam deixado de cumprir os seus respectivos deveres e, com isso, dado causa a danos, a cuja reparação deveriam ser solidariamente condenados.

22 Benefícios a empregados

A Distribuidora é patrocinadora de um plano na modalidade de benefício definido, e participa com parte da contribuição mensal. Adicionalmente, a Distribuidora também patrocina planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Distribuidora detinha o planos de benefícios a empregados, nas modalidades de contribuição definida e de benefício definido, junto à Icatu Seguros S.A.

Plano de contribuição definida

A Distribuidora concede a seus diretores e empregados o benefício, opcional, de participação no plano de previdência privada da Icatu Seguros S.A. na modalidade de contribuição definida, participando como patrocinadora com parcela da contribuição mensal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Distribuidora contribuiu para a previdência privada o montante de R\$ 1.607 (R\$ 1.124 em 31 de dezembro de 2015).

Plano de benefício definido

A Distribuidora concedia a seus diretores e empregados o benefício, opcional, de participação no plano de previdência privada multipatrocinado da BRASPREV - Fundação Brascan de Previdência, na modalidade de benefício definido, participando como patrocinadora com parcela da contribuição mensal. Este benefício foi mantido para os diretores e funcionários que então haviam optado em participar do referido plano até fevereiro de 2004. Em março de 2012, a Distribuidora transferiu seu plano de benefício definido da BRASPREV para a Icatu Seguros S.A. As contribuições para esse plano totalizaram R\$ 138 e R\$ 360 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente.

A partir de março de 2004, a Distribuidora passou a proporcionar aos seus diretores e empregados o benefício, opcional, de participação no plano de previdência privada da Icatu Seguros S.A., na modalidade de contribuição definida, participando como patrocinadora com parcela de contribuição mensal.

Em 31 de janeiro de 2017, foi emitido pela Mercer Human Consulting Ltda., o laudo de avaliação atuarial para prover o valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2016 e a estimativa atuarial de despesa para 2017 do plano de benefício definido.

A estimativa da despesa atuarial para o exercício de 2017, apurada de acordo com as regras da Deliberação CVM nº 695, que aprova o CPC 33 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis, é de R\$400.

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas no cálculo atuarial foram:

Taxa de desconto	11,86% a.a (nominal)
Crescimento salarial (1)	7,60% a.a (nominal)
Reajuste dos benefícios previdenciários	5,50% a.a (nominal)
Inflação de longo prazo	5,50% a.a (nominal)
Tábua de mortalidade geral	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability

- (1) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelos patrocinadores levando em consideração a expectativa de reajustes salariais de longo prazo.

23 Programa de participação nos lucros

A Distribuidora possui um programa de participação nos lucros e/ou resultados para seus funcionários. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foi apurado resultado a ser distribuído. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o montante credor de R\$ 2.773 apresentado no resultado do referido período refere-se à reversão de provisões previamente constituídas.

24 Transações com partes relacionadas

Descrição	2016			
	Ativo	Passivo	Passivo não circulante	Transação/ resultado
Diretoria		3.115	2.877	(9.083)
Empresas do Grupo no país	705	8	-	11.578
Empresas do Grupo no exterior	587	217	-	94
Total	<u>1.292</u>	<u>3.340</u>	<u>2.877</u>	<u>2.589</u>

Descrição	2015			
	Ativo	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Transação/ resultado
Diretoria		3.265	3.056	(15.922)
Empresas do Grupo no país	708	3	-	4.165
Empresas do Grupo no exterior	19	334	-	(4.303)
Total	<u>727</u>	<u>3.663</u>	<u>3.056</u>	<u>(16.060)</u>

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como as transações que influenciaram os resultados dos períodos, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Distribuidora e outras partes relacionadas, conforme a seguir:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi registrado um montante a pagar referente a gratificação para a diretoria de R\$ 5.992 (R\$ 6.321 em 31 de dezembro de 2015). O efeito no resultado deve-se a gratificação anual, benefícios e aos honorários mensais pagos à diretoria.

Os saldos com empresas do Grupo BNY Mellon no exterior, correspondem a: **i)** valores cobrados ou reembolsados relacionados a rateio de despesas do grupo, que precisam ser reconhecidas no resultado da Distribuidora e pagas periodicamente. Para fins fiscais, são consideradas despesas indedutíveis, e **ii)** valores cobrados pela prestação de serviço de suporte operacional e gerencial na Administração de fundos e custódia internacional de clientes na América Latina, conforme contrato firmado entre a Distribuidora e o The Bank of New York Mellon em agosto de 2016.

De acordo com as regras do Grupo, os valores são recebidos/liquidados até o final do mês subsequente ao mês de emissão da invoice.

Em 7 de julho de 2015, a Distribuidora e as empresas ARX Investimentos Ltda., BNY Mellon Banco S.A., BNY Mellon Administração de Ativos Ltda. e BNY Mellon Alocação de Patrimônio Ltda. assinaram o contrato de rateio de custos e despesas administrativas, com o objetivo de regular o compartilhamento das estruturas administrativas e operacionais que correspondem a, dentre outros, funcionários, técnicos, contratados, meios de produção, equipamentos, materiais, local físico e material de terceiros. De acordo com os termos do contrato, os custos e despesas arcados pela Parte Pagadora serão reembolsados pelas Partes Beneficiárias, por meio de cobranças mensais realizadas por meio de notas de débito emitidas pela Parte Pagadora. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o rateio de custos e despesas administrativas impactou o resultado da Distribuidora no montante de R\$ 11.578 (R\$ 4.165 em 31 de dezembro de 2015).

A ARX Investimentos Ltda. (“ARX”), subsidiária do The Bank of New York Mellon Corporation, com sede em Nova Iorque, atua como gestora de fundos de investimentos administrados pela Distribuidora. A ARX e sua subsidiária integral BNY Mellon Alocação de Patrimônio Ltda. não integram o grupo econômico financeiro do qual a Distribuidora faz parte. Em 31 de dezembro de 2016 a Distribuidora possuía saldos a receber de R\$ 175 e R\$ 44 referente ao contrato de rateio de custos e despesas administrativas com a ARX Investimentos Ltda., e sua subsidiária BNY Mellon Alocação de Patrimônio Ltda., respectivamente (R\$ 235 e 42 em 31 de dezembro de 2015).

Durante o exercício de 2016, a Distribuidora manteve movimentação em conta corrente no BNY Mellon Banco S.A. (“Banco”), integrante do mesmo conglomerado financeiro. Em 31 de dezembro de 2016 a Distribuidora apresentou um saldo no montante de R\$130 (R\$ 44 em 31 de dezembro de 2015) no Banco, que encontra-se apresentado na rubrica “Disponibilidades” do balanço patrimonial.

O rateio de custos e despesas administrativas com o BNY Mellon Banco S.A. gerou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 saldos a pagar e a receber nos montantes de R\$ 8 e R\$ 484, respectivamente (R\$3 e R\$ 396 em 31 de dezembro de 2015).

Remuneração de diretores e pessoal chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, que inclui diretores, totalizou R\$ 9.083 no exercício de 2016 (R\$ 15.922 no exercício de 2015). Neste valor estão englobados benefícios de curto prazo, que correspondem a: (i) pro-labore pago à diretoria; (ii) bônus pago e (iii) outros benefícios, como plano de saúde, plano dental, previdência privada e seguro de vida. Adicionalmente, o Grupo possui política de remuneração baseada em ações conforme divulgado na Nota Explicativa nº 15 e plano de pensão, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 22.

Controladora e parte controladora final

A controladora direta da Distribuidora é a BNY Mellon Participações Ltda. e a controladora final do Grupo é o The Bank of New York Mellon Corporation. Em 31 de dezembro de 2016, a Distribuidora não possuía saldos a pagar a Controladora direta.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Distribuidora obteve carta de fiança com sua controladora final como garantia de pagamento, em caso de execução, da fiança contratada junto ao Banco Bradesco em relação à ação ordinária ajuizada pelo Instituto de Seguridade dos Correios, conforme nota explicativa nº 21-b, item 3. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Distribuidora pagou R\$ 905 referente comissão de fiança para sua Controladora final (R\$851 em 31 de dezembro de 2015), registrado na rubrica “outras despesas administrativas”.

Controlada direta

Em 31 de dezembro de 2016 a Distribuidora possuía o montante de R\$1 a receber da sua controlada BNY Mellon Administração de Ativos Ltda, referente ao contrato de rateio de custos e despesas administrativas (R\$35 em 31 de dezembro de 2015).

25 Limite operacional (acordo da Basileia)

As instituições financeiras e entidades equiparadas têm que manter patrimônio líquido mínimo de 9,875% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 11% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, dos seus ativos, ponderados por graus de risco às exposições em ouro, moedas estrangeiras e operações sujeitas ao risco operacional e às variações: cambial; taxa de juros; do preço de *commodities*; e do preço de ações classificadas na carteira de negociação, conforme regras e instruções do BACEN. O conglomerado prudencial e o conglomerado financeiro estavam enquadrados nesse limite operacional em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

26 Evento Subsequente

Os acionistas da BNY Mellon DTVM deliberaram através de Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 03 de março de 2017, o aumento de capital no valor de R\$ 170.060. Tendo em vista o presente aumento, o novo capital social da companhia passará a ser de R\$ 225.246. A aprovação do Banco Central do Brasil para o aumento de capital ocorreu no dia 22 de março de 2017, sendo publicado no Diário Oficial no dia 24 de março de 2017.

* * *

Patricia Avolio Furtado Alvim
Diretora

Cristiane Soares Azevedo Rodrigues
Contadora
CRC RJ-108555/O-7